

Alves, Idehugo Santos; Jesus, Edilza Laray de

 Idehugo Santos Alves
idehugos@gmail.com
Universidade do Estado do Amazonas, Brasil

 Edilza Laray de Jesus
ejesus@uea.edu.br
Universidade do Estado do Amazonas, Brasil

Revista Presença Geográfica
Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
ISSN-e: 2446-6646
Periodicidade: Frecuencia continua
vol. 10, núm. 1, Esp., 2023
rpgeo@unir.br

Recepção: 15 Abril 2023
Aprovação: 19 Abril 2023

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/274/2744784020/>

Resumo: A presente pesquisa busca identificar a percepção ambiental de Professores de Geografia que trabalham em escolas rurais ribeirinhas, identificadas pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus como Escolas do Campo, e como essa visão interfere na construção do conhecimento ambiental dos alunos. Tem como objetivos específicos analisar a formação ambiental do professor, compreender como este realiza as conexões entre a educação ambiental e a educação no campo e identificar a abordagem da Educação Ambiental dos professores de Geografia nas escolas rurais. A pesquisa é pautada na abordagem qualitativa, utilizando-se de levantamento bibliográfico para entendimento e discussão dos conceitos, além de aplicação de questionário para avaliação da formação ambiental dos sujeitos da pesquisa. Espera-se com este trabalho contribuir para a discussão da construção do conhecimento ambiental de alunos que vivem fora da área urbana de Manaus, mediante a abordagem interdisciplinar geográfica.

Palavras-chave: Educação ambiental, Educação do campo, Ensino de Geografia.

Abstract: This research seeks to identify the environmental perception of Geography Teachers who work in rural riverside schools, identified by Semed Manaus as Country Schools, and how this view interferes in the construction of students' environmental knowledge. Its specific objectives are to analyze the teacher's environmental education, understand how it made connections between environmental education and education in the countryside, and identify the approach to Environmental Education of Geography teachers in rural schools. The research is based on a qualitative approach, using a bibliographic survey to understand and discuss the concepts, applying sampling to assess the environmental background of the research subjects. It is hoped that this investigation will contribute to the discussion of the construction of environmental knowledge of students who live outside the urban area of Manaus, through an interdisciplinary geographical approach.

Keywords: Environmental education, Field education, Geography Teaching.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a questão ambiental está cada vez mais evidente nos tempos atuais, por isso a importância de refletir sobre as relações entre a sociedade e a natureza, pois a todo momento realizam-se trocas com o meio em que vive, seja pela respiração, atos comuns e necessários como ingerir e consumir água e os mais complexos como troca de sensações e sentimentos seja com a vegetação, com os animais, paisagem etc.

O contexto social do ser humano contribui para a sua percepção e entendimento sobre as questões ambientais, pois as relações sociais e de consumo não se mostram iguais para todos. Seguindo esta reflexão de que cada indivíduo compreende o ambiente de forma diferente, abre-se espaço para refletir como acontece essa compreensão em espaços fora do meio urbano, como exemplo as escolas das zonas rurais de Manaus, e como o professor pode contribuir na orientação desses conhecimentos e vivências dos alunos, e conectá-los aos conceitos da Geografia.

Com isso, reflete-se como a Geografia toma parte nessa compreensão, pois obviamente que seu ensino deve partir da leitura do espaço para articular saberes e culturas aos currículos prescritos, de forma interdisciplinar. Assim, a pesquisa é motivada pelo interesse em entender o diálogo entre a Educação no Campo e a Educação Ambiental, consciente de que as comunidades onde estão inseridas estas escolas possuem suas particularidades, sejam elas de ordem econômica, social ou cultural. Discute-se ainda o papel do professor de Geografia na construção desse conhecimento por meio da educação ambiental.

Por escola do campo, entende-se como a escola situada em área rural ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo (BRASIL, 2010). As denominadas aqui como escolas ribeirinhas, são uma modalidade da escola do campo, pois atendem aqueles que moram nas proximidades dos rios ou no próprio rio, que vivem principalmente da pesca, sendo reconhecidos como povos tradicionais pelo Decreto nº 6.040 de 2007. Estas comunidades têm seu modo de vida guiado pelos rios, pois é a forma como estabelecem suas relações e se organizam socialmente (PEREIRA e MACEDO, 2021, p. 210).

No âmbito municipal, a Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED) adota as nomenclaturas de escola do campo, escola no campo, escolas ribeirinhas e rodoviárias, como vistas nos documentos disponíveis em seu site, por exemplo o Guia de orientação pedagógica Educação no Campo, (Manaus, 2018). Apesar da adoção e uso desses termos, não há uma definição clara e regulamentada pela SEMED. Com isso, entende-se nesta pesquisa que as escolas pesquisadas são escolas de educação no campo, considerando o direito de todos terem aula no lugar onde vivem, no campo, em seus devidos territórios, conforme cita Kolling, Cerioli e Caldart (2002, p. 18).

A Educação Ambiental está presente antes de ser normatizada no Brasil e tem como um de seus temas o ambiente, portanto, entender os diferentes aspectos tratados no processo educativo, abordagem e agentes que participam nesse processo, podem auxiliar o professor a compreender como os estudantes das áreas rurais percebem o meio ambiente, considerando que eles têm ligação mais direta com a natureza que a população das áreas urbanas, e realizar um trabalho mais efetivo no ensino de Geografia. Desse modo é importante que seja observado se o professor aborda em seu plano de ensino as temáticas ambientais, conforme preconiza a Lei nº 9.795/99, sobre a Educação Ambiental, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (EA) e determina que esteja presente em todos os níveis e modalidades da educação, para formar crianças, jovens e adultos, engajando a sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Assim, a presente pesquisa se justifica ao compreender que a geografia contribui para a formação social, coletiva e forma para o mercado de trabalho, tal como prediz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) em seu artigo 2º. Ao tratar da relação entre a sociedade e a natureza, a geografia insere-se no rol das ciências que analisa e propõe parâmetros éticos e estéticos ao tratar com a vida em sua extensão e complexidade.

ENTENDIMENTO DA QUESTÃO AMBIENTAL

O processo de industrialização, a produção de bens e consumo acelerado, interferem na dinâmica dos elementos da natureza causando degradação no meio ambiente. Em função disso, a qualidade de vida da população é afetada por meio das alterações da água, do ar, causando “acidentes” ecológicos associados ao desmatamento, queimadas, poluição dos leitos dos rios, etc. Mendonça (2008) fala que essa queda da qualidade de vida se acentua onde o homem se aglomera: nos centros urbanos-industriais, expondo que os rios, fundos de vales e bairros residenciais periféricos dividem o espaço com o lixo e a miséria.

Santos (2009) enfatiza que os problemas ambientais não são provenientes da evolução natural e sim consequência da intervenção antrópica, resultado das relações sociais e do modo de produção capitalista que promove um modelo de desenvolvimento insustentável do ponto de vista ambiental. Desse modo, temos a tão citada “Questão Ambiental”, entendido como “[..] a contradição fundamental que se estabeleceu entre os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem marcadamente a partir do século XVIII, e a sustentação deste desenvolvimento pela natureza” (TOYNBEE, 1982, p. 19 *apud* ALMEIDA, 2010).

Esta discussão se mostra presente e recorrente nos tempos atuais, onde as falas sobre a sustentabilidade, sobre o uso descontrolado dos recursos naturais e aquecimento global sempre são colocados em pauta. No entanto, estes assuntos nem sempre são tratados com profundidade, em partes pelo alarmismo da mídia, o que resulta no reducionismo da questão ambiental.

Fonseca (2011) afirma que para estudar a problemática ambiental com aprofundamento, é necessário que as definições dos termos utilizados sejam claras para o avanço nos aspectos teóricos da problemática ambiental, portanto, deve-se tomar de definições robustas. O autor apresenta então a concepção de meio ambiente, definido por Coimbra (1985) como o “conjunto de elementos físico-químicos e ecossistemas, sejam eles naturais ou sociais onde o homem está inserido individual ou socialmente” (COIMBRA, 1985 *apud* FONSECA, 2011, p. 391). Reigota (2017) fala que as concepções de meio ambiente são diversas e variadas, relacionadas também às diversidades culturais e étnicas, com características influenciadas pelos interesses, políticos, filosóficos, religiosos etc. Com isso o autor define o meio ambiente como forma de expor com clareza o objetivo da educação ambiental como educação política:

[...] um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relação dinâmica e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformações da natureza e da sociedade (REIGOTA, 2017, p. 29).

O trato da questão ambiental abrange não só o meio ambiente, mas também está relacionada à política, economia e sociedade. Em janeiro de 2016 entrou em vigor a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que estabelece um “Plano Estratégico” assinado por 193 países-membros da Organização das Nações Unidas, com objetivo de erradicar a pobreza, a fome, degradação ambiental e promover uma sociedade mais justa e inclusiva (ONU, 2015).

Barcelos (2012) menciona o Relatório das Nações Unidas de 2006, onde expõe a situação de gênero e trabalho infantil na África, em consequência da distância da equidade dos países, relacionados à escassez de água, à pobreza e o poder. O autor expressa que tal fato, por si só, gera insatisfação impulsionando uma reflexão sobre essas condições. Assim, o descontentamento e a não aceitação passiva do que está acontecendo no mundo impulsiona a construção de pensamentos e ações, que possam interferir nas questões ecológicas e sociais, a partir do local de cada um. Apesar do exemplo que pode ser considerado distante da nossa realidade amazônica, pode ser usado aqui como referência à uma indução ao pensamento crítico que leva às discussões dos problemas sociais, entendendo-os e refletindo sobre como pode-se tomar parte para tornar possível a mudança de tais condições.

Mendonça (2008, p. 71) no livro Geografia e Meio Ambiente, relaciona os problemas sociais ao meio ambiente, no âmbito nacional, “[...] No Brasil, por exemplo, falar de meio ambiente significa, antes de

tudo, lutar pelo equacionamento de graves problemas sociais que tão marcadamente caracterizam o espaço geográfico nacional”.

O autor comenta que não foi por acaso que as organizações sociais passaram a se preocupar com a natureza, a cada minuto os temas ambientais estão cada vez mais tomando importância nas discussões ocupando lugar de destaque, expondo a realidade das condições ambientais e da qualidade de vida do ser humano, relacionados com o emergir da discussão ambiental, que se torna cada vez mais urgente. Mendonça (2008) aponta três fatores que são de grande importância na atualidade dentro da discussão da temática ambiental: o caos da qualidade de vida da população, o alarmismo da mídia e o papel das ciências, das artes e da atividade política nesse embate.

Na abordagem política, o autor critica que em muitos casos, durante campanhas eleitorais, a pauta ambiental ganha atenção dentro dos discursos de candidatos, porém apenas como forma de ganhar votos. Muitos desses políticos não têm conhecimento aprofundado ou sequer se comprometem com a causa ambiental, apresentando discursos ecológicos apenas durante o período eleitoral. Sem a cobrança direta da sociedade de forma organizada, pouco se faz em relação a um ambiente sadio para o planeta ou população em geral. É importante, claro, observar os representantes políticos que de fato se esforçam para a defesa do meio ambiente, em meio a tantas dificuldades. Mas um governo, exemplo do federal, não deve centralizar suas atividades relacionadas ao meio ambiente apenas durante as campanhas eleitorais ou durante os grandes eventos, como a ECO/RIO 92 e Rio+20, pois como bem sabemos tratar da questão ambiental envolve setores para além da educação, como saúde, saneamento básico, mobilidade etc.

PERCEPÇÃO E MEIO AMBIENTE

Cada sujeito tem um entendimento particular do espaço que o cerca, e entender este ponto pode auxiliar o professor a contextualizar a realidade do aluno com os conteúdos da geografia quanto à compreensão das problemáticas ambientais. Com isso, a pesquisa sobre percepção ambiental é relevante por estudar as relações do ser humano com o ambiente e como este o entende, e assim, compreender como cada indivíduo pode participar na ação para a preservação do meio ambiente.

Segundo o conceito de percepção ambiental definido por Tuan (2012), é tudo o que percebemos, que tem valor para nós no sentido de sobrevivência. O autor diferencia inclusive, de outros termos que podem aparecer associados, por exemplo atitude, explicada como uma posição que um indivíduo toma diante do mundo, formada por uma longa sucessão de percepções, ou seja, experiências.

Segundo Tuan:

Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (TUAN, 2012, p. 22).

Para o autor, a percepção vem da junção de informações obtidas pelos sentidos, que são adquiridas, selecionadas, interpretadas e organizadas, ligadas diretamente aos sentidos e envolvidos com processos cognitivos e psicológicos (figura 1).



FIGURA 1
 Percepção Segundo Tuan
 Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Santos (2009) afirma que pessoas que exercitam sua percepção do meio ambiente são comprometidas com a causa ambiental pois os incomoda a realidade, a situação em que se encontram, pois já alcançaram determinado nível de consciência ambiental, e assim passam da condição de apenas lamentar a degradação dos determinados espaços geográficos e passam a ser agentes de luta, do lugar de onde vivem, com as possibilidades existentes, buscando aliados, unindo forças, com o objetivo de mudanças das condições atuais. Por outro lado, ainda é grande a parcela que ainda não atingiu esse nível de consciência e segue sem compreender os condicionantes das crises ambientais e a própria crise.

Para Ribeiro (2011), quando o ser humano entende que faz parte do meio ambiente, mais sensível ele é com as causas ambientais, e daí a importância da educação ambiental na formação desses indivíduos, pois se tornam mais dispostos a aplicabilidade de ações que influenciam na atual forma de desenvolvimento, tornando-se o “ser ecológico” conforme termo citado por Carvalho (2012), sobre o indivíduo capaz de desenvolver seu próprio jeito ecológico de pensar e ver o mundo além de si mesmo, e que reflete suas relações com ele e os outros. Os autores relatam a importância da educação como uma das únicas alternativas para continuar a viver, considerando os danos causados ao meio ambiente, muitos sem reparos.

Para Sauv  (2005), o meio ambiente não   somente um objeto de estudo ou um tema a ser discutido, e sim onde a identidade, a rela o social e o “ser no mundo” de um indivíduo   formado: “A trama do meio ambiente   a trama da própria vida, ali onde se encontra natureza e cultura; o meio ambiente   o cadinho em que se forja nossa identidade, nossas rela es com os outros, nosso ‘ser-no-mundo’” (SAUVÉ, 2005, p. 317). Considerando que cada indivíduo compreende diferente o meio ambiente, a autora apresenta no artigo “Educa o Ambiental: possibilidades e limita es”, sete formas diferentes dessa compreensão (Figura 2), onde cada uma apresenta características comuns nessas percep es e estratégias diferentes de trabalho na educa o ambiental: o meio como ambiente-natureza, como recurso, como problema, como sistema, como lugar, meio ambiente-biosfera e meio ambiente-projeto.



FIGURA 2

Concepções de meio ambiente

Fonte: Sauv  (2005), elaborado pelo autor (2022)

Considerando que as experiências pessoais tornam cada indivíduo diferente um do outro, por compreenderem diferente cada situação, abre-se espaço para refletir como essa percepção pode interferir no modo como o professor leva para a sala de aula os temas ambientais. Como exemplo podemos citar Mendonça (2008) ao abordar que as artes podem retratar uma visão do meio ambiente através de suas exposições sejam elas na música, esculturas, pinturas, literatura e teatro de forma contemplativa. O professor que apresenta o meio ambiente desde modo contemplativo se encaixa na visão do meio ambiente como natureza, que deve ser apenas apreciada, respeitada e preservada, o que demonstra além do exemplo dessa classificação, um modo de expor sua percepção ao mundo. Por isso   importante a análise dessas percepções ambientais e sua influência na prática educativa de geografia, pois o professor quando considera a realidade social dos alunos e o contexto em que ele se encontra, pode integrar o ensino de geografia e a educação ambiental voltada para a conservação do meio ambiente e atuação desses alunos na comunidade, bairro, cidade etc.

O MEIO AMBIENTE NO ENSINO

O Ministério da Educação, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1997), define os saberes necessários e demais orientações para a construção da grade curricular das escolas. Em sua introdução comenta sobre como   grande o desafio relacionado às ações de melhoria das condições de vida no mundo e a mudança de atitudes relacionadas ao meio ambiente. Dividida em volumes, um deles trata especificamente sobre o Meio Ambiente e Saúde, o qual aborda sobre os temas ambientais desenvolvidos na escola, para que seja usado como referência de planejamento do ensino das disciplinas, integrando estes temas de forma transversal, ou seja, permeando todas as áreas do conhecimento:

Os conteúdos de Meio Ambiente serão integrados ao currículo através da transversalidade, pois serão tratados nas diversas áreas do conhecimento, de modo a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental (BRASIL, 1997, p. 36).

Nos objetivos gerais de Meio Ambiente, para o Ensino Fundamental, o PCN destaca como importante a temática ambiental com uma visão integrada do mundo, no tempo e no espaço e ao longo dos nove anos do Ensino Fundamental. A escola deve proporcionar que aluno seja capaz de compreender noções básicas relacionadas ao meio ambiente, adotando posturas e comportamentos que possibilitem que este observe e analise os fatos do ponto de vista ambiental, inclusive, reconhecendo a necessidade de atuar de forma ativa

para garantir um meio ambiente saudável e por sua vez, uma boa qualidade de vida. Segundo o PCN, o aluno deve ainda:

[...] perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa-efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio (BRASIL, 1997).

Já a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), propõe habilidades voltadas para a abordagem das questões ambientais. Nos objetivos gerais da área de Ciências Humanas da educação básica, cita que deve propiciar o conhecimento dos princípios éticos, políticos, culturais, sociais atentando para a diversidade e assumindo ações para o cuidado da vida em sociedade, do meio ambiente e das gerações futuras.

A BNCC cita a Geografia como uma das principais parceiras no desenvolvimento desses conteúdos, pela natureza de seu objeto de estudo. No ensino de Geografia, a educação ambiental se insere ao tratar das relações ambientais do homem e da natureza. Tal fato se confirma ao lembrar que a Geografia deve possibilitar aos alunos pensar e se preocupar com o futuro que segue em constante movimento, “através do inconformismo com o presente” (STRAFORINI 2008, p. 51), além de observar e relacionar o meio ambiente, as relações de preservação, degradação e os fenômenos naturais produzidos pelo homem no espaço.

EDUCAÇÃO NO CAMPO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O acesso à educação é um direito de todos e dever do estado conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, que dispõe que o ensino deve ser ministrado com base nos princípios da igualdade e que condicione o acesso e permanência à escola, além da garantia do direito à educação e aprendizagem ao longo da vida. Este direito é assegurado também à população do campo pelo Decreto nº 7.352/10, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Esta política destina-se à ampliação e qualificação na oferta da educação básica às populações do campo, definidas como:

[...] Agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010).

No entanto, deve-se lembrar que o ensino não segue de forma igual para todos, apesar do decreto, sabe-se que os moradores das áreas rurais enfrentam diversos problemas relacionados ao acesso à educação, provenientes do descaso de políticas públicas que afetam o direito à educação básica de qualidade. Esses problemas vão desde a falta de auxílio no transporte para as escolas, pavimentação das estradas e acessos das comunidades, infraestrutura e profissionais para o atendimento da demanda escolar.

Hage et al. (2021) citam que a oferta da educação básica nas comunidades e território dos povos do campo, indígenas e quilombolas tem sido assegurada apenas nos anos iniciais do ensino fundamental, e quando os jovens desejam continuar e concluir a educação básica, precisam se deslocar para a sede do município ou comunidade. Esse ponto gera tensão entre a comunidade e a Secretaria de Educação, pois os movimentos sociais apontam que poucas vezes são consideradas as demandas, expectativas e proposições que partem desses povos e dos educadores, que demandam a modalidade do Ensino Médio, que seja ofertada e atenda os jovens do campo e das comunidades tradicionais (HAGE et al., 2021).

Além disso, existe ainda a luta para que essas populações tenham suas identidades respeitadas em relação à educação, pois o estado acaba adotando as mesmas metodologias aplicadas na educação urbana. Fernandes e Molina (2004) criticam esse modelo de ensino levado às escolas do campo, pois consideram que esses grupos sociais devem ser protagonistas no desenvolvimento dos projetos de educação, pois quando participam da construção, podem avaliar sobre os conhecimentos e desenvolvimento das tecnologias apropriadas para aquele determinado território. Os autores falam também que os povos do campo e das florestas têm como

base existencial o território, construindo relações que caracterizam suas identidades, trabalhando a terra e tirando dela sua existência. Isso exige conhecimentos construídos a partir de suas experiências e da própria escola.

É inevitável então falar do campo sem tratar de lugar. Bueno (2014) quando reflete sobre o lugar como categoria de análise geográfica, fala que esta passou a ter um novo sentido com as transformações do mundo, adquirindo o sentido de espaço do cotidiano, onde tarefas corriqueiras permitem a construção da identidade, que ligam o homem ao lugar de sua existência. Bueno (2014, p. 301) discute ainda as organizações das ações educativas, em torno do entendimento do lugar, que no contexto escolar permitem a valorização dos saberes existentes, “[...] o que amplia a autoestima e reduz a estigmatização daqueles que não dominam a versão científica do mundo”.

No ensino dos povos do campo, é necessário também pensar na existência de cada indivíduo. Freire (2004) já falava em seu livro “Pedagogia da Autonomia” que quem aprende, é um sujeito, então deve ser respeitado como tal e cada um desse sujeito que aprende, traz consigo uma bagagem de vivências, de histórias e de crenças. Respeitar justamente essas crenças, saberes e realidades é a melhor forma de pensar soluções para a educação ambiental e como a Geografia pode se inserir nesse aprendizado.

Para Tardif (2014), em “Saberes Docentes e Formação Profissional”, o conhecimento dos professores vai além da sua preparação profissional. Inclui também a sua história de vida, cultura escolar, pensamentos, filosofia, que o molda no futuro profissional, guiando a reprodução do seu conhecimento na sala de aula.

[...] A grande importância dessa perspectiva reside no fato de os professores ocuparem, na escola, uma posição fundamental em relação ao conjunto dos agentes escolares: em seu trabalho cotidiano com os alunos, são eles os principais atores e mediadores da cultura e dos saberes escolares (TARDIF, 2014, p.288).

É nesse sentido que o professor de Geografia surge, auxiliando na construção de novos saberes, mas sempre pautados nas necessidades vivenciadas no cotidiano do aluno, mediando seus conhecimentos, induzindo esse processo de construção que não ocorreria espontaneamente.

METODOLOGIA

A presente pesquisa baseia-se na abordagem qualitativa, pois os dados obtidos são ricos em descrições de pessoas, percepções, situações, acontecimentos, que permitem compreender as relações entre as pessoas, contextos e ações. Ressalta-se tanto o processo quanto o produto preocupa-se em retratar a perspectiva dos participantes (LUDKE; ANDRÉ, 1982). Além disso, possibilita análises subjetivas, considerando os sujeitos na ação, ou seja, suas percepções, seus registros, suas análises em relação às experiências nos contextos onde se efetiva.

O levantamento de informações acerca dos conceitos trabalhados se deu por meio de pesquisa bibliográfica e desse levantamento foi construído o referencial teórico, com fontes de informação sobre o objeto pesquisado conforme cita Severino (2007).

Foi utilizada a observação direta extensiva e como instrumento de coleta de dados o questionário, constituído por uma série de questões que podem ser escritas sem a presença do pesquisador e tem como vantagem a economia de tempo, obtenção mais rápida de respostas, além de maior liberdade nelas devido ao anonimato (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Para o descobrir como a Educação Ambiental é praticada pelos professores de Geografia, foram consultados professores que trabalham em escolas de educação do campo, rurais e ribeirinhas no entorno da cidade de Manaus e solicitado que estes respondessem um formulário com questões abertas sobre educação do campo, educação ambiental e sua experiência envolvendo os dois temas, no total duas professoras responderam, e serão identificadas neste trabalho como professora 1 e professora 2. Das informações coletadas pelo questionário, foi solicitado que as professoras respondessem se tinham formação na área de

educação ambiental, para conceituarem a Educação do Campo e a Educação Ambiental, e respondessem se trabalhavam os temas ambientais em suas aulas e como trabalhavam, além de questionar se tiveram formação para o trabalho na educação do campo. Foi acrescentado no questionário um espaço para que o professor, de forma livre, contasse sobre sua experiência trabalhando os temas ambientais na educação do campo. A partir desses dados foi realizado o diagnóstico da percepção ambiental dos professores e sua experiência e realidade trabalhando em uma escola rural. Para análise, interpretação e descrição dos dados obtidos, foi realizada a análise textual, correlacionando-os com o referencial teórico.

É importante ressaltar que na aplicação do questionário foram selecionadas as escolas, mas em função do calendário letivo, estavam de férias. As escolas ribeirinhas estavam seguindo calendário especial com aulas aos sábados, porém foram suspensas pois estava sem energia elétrica e sem água potável. Para solucionar este entrave e obter dados para a pesquisa, o questionário foi criado utilizando o Google Forms e compartilhado de forma online aos professores por e-mail e WhatsApp.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os professores de Geografia são fundamentais para a formação dos alunos, despertados para a reflexão do ser ecológico, então procurou-se identificar como os professores trabalham a educação ambiental nas escolas do campo e se possuíam conhecimento ou formação na área. As professoras que responderam ao questionário, aqui identificadas como professora 1 e professora 2, informaram o tempo de atuação na profissão de 3 anos e menos de 1 ano atuando como docente, respectivamente. Também informaram trabalhar em escolas ribeirinhas, localizadas a margem do rio negro, uma delas próximo ao município de Novo Airão.

A descida e subida dos rios define o calendário escolar nessas áreas, amparada de forma legal pelo Artigo 23º das Leis de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996), que permite que as secretarias de educação alterem seu calendário, considerando as peculiaridades locais de ordem climática, desde que atendam o número de horas-aula previsto na Lei, com isso as escolas atendem calendário especial.

O professor quando ciente dessas particularidades da comunidade em que a escola onde trabalha está inserida, pode exercer uma prática docente que seja respeitosa em relação às vivências de seus alunos. No questionário, as professoras responderam que atuam em escolas Ribeirinhas, e quando procuramos saber se conheciam esse contexto, foi perguntado seu entendimento sobre o que é a educação no campo:

A educação do campo sobretudo é uma educação voltada aos jovens, adolescentes e crianças que tem sua vida no rural, sendo, portanto, para agricultores, pescadores, caiçaras, ribeirinhos, indígenas, quilombolas e outros que tenham seu modo de vida, reprodução social e organização produtiva em relação a terra e água. (Professora 1)

É ensinar e estimular os alunos a buscarem conhecimento dentro das limitações que a vida na comunidade ribeirinha está sujeita. (Professora 2)

Fazendo uma comparação, a fala da Professora 1 entra em acordo com o que Pereira e Macedo (2021) falam sobre a compreensão da educação do campo e o ensino de geografia na lógica espacial ribeirinha, que para haver esse entendimento, é necessário conhecer os sujeitos desse campo, conhecer suas vivências e anseios, pensando a escola a partir deles e não para eles. Na fala da Professora 2 é possível perceber seu apontamento para as limitações do lugar ribeirinho, mostrando que também sabe das dificuldades de acesso da comunidade ribeirinha.

O Artigo 16 da Lei nº 3222/2008 da Política Estadual de Educação Ambiental do Amazonas, define que o professor deve ter em sua formação profissional a formação ambiental. A Lei ainda é clara quanto a formação continuada, dizendo que todos os profissionais deverão receber essa formação das coordenações de Educação Ambiental das secretarias de educação, articuladas com outras instituições (AMAZONAS, 2008). Quando perguntadas se possuíam formação na área da educação ambiental, ambas responderam que não. A Professora 1 mencionou que teve apenas disciplinas na área durante a graduação e vivências como programas de iniciação

à docência e residência pedagógica. Isso demonstra como apesar de sua obrigatoriedade, poucos professores conhecem sobre os objetivos da educação ambiental, talvez motivada pela falta de formação continuada, por parte das secretarias de educação. Foi possível através do questionário verificar o entendimento das professoras acerca da educação ambiental:

A educação ambiental é uma área da educação extremamente importante, a fim de sensibilizar os indivíduos acerca de sua coletividade quanto a conservação do meio ambiente, construindo valores sociais imprescindíveis para a sustentabilidade do planeta. (Professora 1)

É de fundamental importância para todos tanto da zona urbana quanto da rural, principalmente na comunidade ribeirinha, para que possam ser militantes preparados na defesa do seu espaço pois estão longe de instituições governamentais e não-governamentais de defesa, com a finalidade de evitar e intimidar e até mesmo impedir a permanência de exploradores ilegais da fauna e da flora e até mesmo de traficantes que invadem as comunidades para vender drogas ilícitas. (Professora 2)

Quando questionadas se trabalhavam a educação ambiental em suas aulas, responderam que sim, trabalhavam “explicando e parafraseando textos contidos no livro didático adotado pela rede de ensino” segundo a professora 2, que também diz que sente falta de materiais mais específicos para trabalhar não só temas ambientais como também outros temas dentro da Geografia, voltados para a realidade dos ribeirinhos. Sato (2004) também aponta essa falta, quando fala que os livros didáticos abordam de forma bem geral e abrangente sobre a Educação Ambiental e acaba homogeneizando as particularidades de cada região. Nesta mesma questão, a professora 1 respondeu:

[...] visto as dificuldades de escolas ribeirinhas quanto a localidade, recurso e espaço. Pode-se trabalhar essa temática a partir da vivência do meu aluno, que mora em uma área de várzea, na qual de 6 em 6 meses fica debaixo d'água. A partir desse contexto podemos visualizar as consequências da poluição dos rios, onde quando está em cheia, muitos lixos flutuam sobre a água, e com isso, podemos mostrar aos alunos que com esse lixo, há a proliferação de doenças como dengue, malária e outros. (Professora 1)

Sobre os desafios de trabalhar a educação ambiental na escola ribeirinha, é notável a semelhança nos apontamentos feitos pelas professoras que relatam que os problemas principais sobretudo são os espaços e a falta de recursos para o desenvolvimento da Educação Ambiental e dos demais conteúdo da Geografia, explícito na fala da professora 1:

[...] para trabalhar tal temática é necessário utilizar elementos concretos e abstratos a fim de desenvolver uma sensibilidade em meu aluno quanto aos pontos positivos que a conservação/preservação do meio ambiente traz para todos. (Professora 1)

Já a professora 2 relata a falta de subsídios para a atuação do professor e do funcionamento da própria escola, segundo ela o maior desafio é a falta de recursos básicos “[...] o mínimo necessário para o professor dar uma aula, como energia elétrica, solar ou eólica e também um poço artesiano para disponibilizar água potável” (Professora 2).

Segundo Almeida et al. (2017), o meio ambiente e os impactos ambientais são interpretados de maneiras diferentes, o que significa dizer que as comunidades e o professor podem ter essa influência e perceber determinados impactos ambientais como mais importantes que outros, que por sua vez podem ser ameaças maiores. Para analisar como o professor se vê em relação ao meio ambiente e como isto interfere no seu ensino, foi perguntado qual era sua concepção sobre o meio ambiente. A Professora 1 responde que para ela o meio ambiente é tudo aquilo que nos cerca, onde os seres vivos estão inseridos e de onde se obtém e utiliza seus recursos e por isso importante a preservação e conservação:

[...] A partir do momento que a gente não preserva, não conserva esse meio ambiente, nos mesmos seres humanos, seres vivos somos prejudicados, então é um espaço, é um meio em que estamos inseridos e que apresentam condições que nos ajudam a sobreviver, condições essas químicas e, biológicas, físicas etc. Então ele apresenta essas condições, apresenta esses recursos naturais que necessitamos para sobreviver, para respirar, para viver, para estar, então a partir disso é que temos que preservar, temos que conservar, porque se não fizermos isso esses recursos vão se esgotando, essas condições vão sendo prejudicadas e isso prejudica de uma forma direta a nossa vida. (Professora 1)

É tudo que existe sobre a superfície terrestre, é a biosfera onde estão todos os seres animados (fauna e flora) e inanimados (rochas, minerais, metais, pedras preciosas etc.) e recursos naturais como água e o petróleo. (Professora 2)

A partir destas respostas foi possível identificar com qual visão de meio ambiente as respostas se encaixavam. Tendo como palavras chaves “recursos”, “para sobreviver”, “conservar” a professora entende o meio ambiente como Recurso, que conforme Sauv  (2005) trata da gestão das condutas individuais e coletivas no que diz respeito aos recursos extraídos deste meio, visando o consumo responsável. A Professora 2, apesar do termo usado biosfera, compreende o meio ambiente também como recurso, que se deve “gerir” e “repartir”. Essas classifica es podem servir como forma de interven o para a educa o ambiental, a partir disso serão escolhidos os recursos e estratégias para esse ensino.

Como última questão, foi aberto um espaço para que as professoras falassem livremente sobre sua vivência enquanto professoras de Geografia na escola ribeirinha:

A escola localizada na Várzea da Amazônia, na qual vivencia a sazonalidade local, o que influencia de forma direta no ensino dos alunos, onde no período de cheia torna-se de difícil acesso   escola, que   de palete, justamente enquadrada dentro da realidade que a cerca. Portanto ao visualizar o contexto de escola ribeirinha/escola na várzea, deve-se levar em considera o a sazonalidade que influencia, modifica e impacta o ensino dos alunos, que aprendem a con(viver) em meio a essa intempérie ambiental. (Professora 1)

Os alunos são interessados em estudar, porém não tem recurso para pesquisas mais aprofundadas, pois a escola não possui biblioteca. Fazem esforços para estar presentes embora morem distantes e chegam cansados por trabalharem na roça e na extra o de madeira. Eles respeitam o professor. (Professora 2)

A região Amazônica   famosa por sua diversidade e complexidade dos cenários da região, que se diferenciam pelo espaço que ocupam, como exemplo as comunidades ribeirinhas aqui explicitadas nas falas das professoras entrevistadas.

Bueno (2014) afirma que compreender o lugar, não significa apenas descrever sua aparência, mas entender suas dinâmicas, suas transforma es e as marcas deixadas por estas dinâmicas e processos. Afirma que se deve pensar o lugar como espaço existencial e assim ser ensinado: como o lugar onde se vive e os que vivem, são aqueles que buscam compreender o seu mundo. A fala da professora 2 retoma os ensinamentos de Freire (2004) em “Pedagogia da Autonomia”, sobre ensinar, e nesse processo, aprender junto, mostrando aos alunos sua importância e o quanto   fundamental respeitá-los e também ser respeitado.

Entende-se o campo ribeirinho espaço de vida, que se configura como um território que apresenta suas próprias demandas, intencionalidades, modo de ser e existir dos sujeitos, estabelecendo sua identidade (PEREIRA E MACEDO, 2021), portanto, deve-se adequar o ensino às necessidades e também ao meio em que vivem os alunos. Conhecendo essas necessidades, o ensino se torna mais eficaz e a participa o da comunidade mais efetiva, já que o aluno se identifica com ela e passa a contribuir no seu desenvolvimento. Faria (2021) em seu artigo “Educa o Ambiental na escola do campo”, afirma que para que a mudança de pensamento aconteça, que desperte o desejo de preserva o do meio ambiente, o professor deve implantar metodologias que sejam mais eficazes no trabalho com a educa o ambiental, por isso importante conhecer e respeitar as identidades culturais, para estabelecer um plano de ensino que a Educa o Ambiental esteja inserida, valorizando o modo de vida do campo e permitindo que a popula o tenha o direito de ver o mundo a partir do lugar de onde vivem, pois segundo os autores, pensar o mundo a partir de um lugar que não se vive   aliena o .

CONSIDERA ES FINAIS

Em uma educa o que tem como principal modelo a educa o urbana, considerar as especificidades cotidianas dos sujeitos do campo   de grande importância já que nem sempre   respeitada a realidade desses alunos. Atribui-se este fato a preocupa o dos professores em ministrar a disciplina de geografia abordando temas gerais, tendo em conta as diversas situa es e desafios que estes professores encontram no dia a dia

de sua prática docente. Algumas dessas situações ficam explícitas na fala das professoras quando falam da dificuldade de acesso dos alunos, falta de materiais didáticos e de apoio das secretarias de educação.

Isso interfere diretamente além do ensino de Geografia, na educação ambiental realizada pelos professores, que se mostram fragilizadas, pois praticamente não conseguem se efetivar na escola. Tem-se consciência de que o pouco tempo de trabalho pode interferir neste processo, a falta de prática também auxilia nesse processo, pois as professoras saíram de sua formação em uma área urbana, para lecionar nas escolas ribeirinhas, e em um primeiro momento, deve-se procurar conhecer e entender como funciona esse espaço, abrindo espaço para a troca com os alunos e a própria escola para posteriormente possa inserir a educação ambiental, de acordo com essas diferentes concepções relacionadas ao meio ambiente, por meio da Geografia.

Foi possível perceber que a visão ambiental das professoras, segundo as classificações de Sauv  (2005), foi a do meio ambiente como recurso, presentes nas falas quando abordam o meio ambiente como fonte de subsídios para a sobrevivência, mas que tem consciência de que esses recursos são finitos. A partir desse entendimento   possível saber se o professor está apto a repassar o conhecimento adquirido em sua gradua o, somados aos conhecimentos que este construiu ao longo de seu trabalho e de sua vida.

  notável também a falta de materiais pedagógicos voltados para a realidade desses alunos do campo, aqui representado pelos alunos de escolas ribeirinhas. Deve-se destacar o trabalho de professores e professoras, que ao notar a falta desses recursos, usam de sua criatividade para elaborar materiais que representem a realidade socioespacial dos alunos, apresentando em sala de aula ferramentas que possibilitem sua reflexão. Essa discussão   importante, pois não aprendemos de uma maneira única, todos aprendemos de várias formas e de modo particular, e quando somos estimulados, mais resultados mostramos em fun o desse estímulo, além de que cada sujeito que aprende, traz consigo uma bagagem de vivências, de histórias e de crenças. Apesar disso, os professores não deixam de ser parte importante na constru o do conhecimento do aluno, pois são os professores que irão estimular as reflexões, estabelecendo as conexões com o conhecimento científico.

  necessário destacar a necessidade da forma o pedagógica dos professores através da educa o continuada, pois cabe a ele definir os sentidos encontrados nas vivências dos alunos e assim definir quais serão os métodos para que os objetivos da educa o ambiental se concretizem. Nas respostas das professoras nota-se o entendimento da Educa o Ambiental, do que   o campo ribeirinho, o que representa uma grande diferença na sua prática. Mas para isso,   preciso além do apoio da gestão, suporte das secretarias de ensino para realiza o deste trabalho.

  preciso que se estabeleça uma proposta para a educa o ambiental nas escolas no campo, pois   comum que o aluno entenda o assunto, mas não os adquire em sua prática, apresentando comportamentos que destoam daquilo que foi ensinado. Uma proposta seria a realiza o de oficinas onde os professores e alunos pudessem realizar discussões, expondo suas vivências, compartilhando suas visões, opiniões e alternativas de trabalho para a educa o ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. *Ciências Ambientais*. Rio de Janeiro: Thex, 2010.
- AMAZONAS, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (Estado). Lei n  3222, de 02 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a Política de Educa o Ambiental do Estado do Amazonas e dá outras providências. Lei N  3222 de 02/01/2008: Política de Educa o Ambiental do Estado do Amazonas. Manaus, AM, 03 ago. 2008.
- BARCELOS, Valdo. *Educa o Ambiental: Sobre princípios, metodologias e atitudes*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL, Ministério da Educa o. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente, Saúde*. Brasília, MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Constitui o (1988). *Constitui o da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Congresso. Senado. *Lei n  9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educa o nacional. Lei N  9.394, de 20 de dezembro de 1996. [S.I.], 20 dez. 1996.

- BRASIL. *Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Brasília, 07 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 29 jan. 2023.
- BRASIL. *Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Decreto Nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010. Brasília, 04 nov. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 12 jan. 2022.
- BRASIL. *Lei Federal no 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 29 jan. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- BUENO, Miriam Aparecida. A Geografia Escolar e a ideia de lugar no currículo. In: CALLAI, Helena Copetti. *Educação Geográfica: reflexão e prática*. Ijuí: Unijuí, 2014. p. 295-314.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: A formação do sujeito ecológico*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- FARIA, Daguiomar do Rosário. Educação Ambiental na escola do campo: uma forma de preservar o futuro. 2021. 16 f. *TCC (Graduação) - Curso de Especialização Digital em Educação do Campo*, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/38685?show=full>. Acesso em: 23 out. 2022.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. Brasília, DF: *Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo*, 2004. Nº5. P.53-89. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2023.
- FONSECA, Ozório. *Pensado a Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2011. 496 p.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HAGE, Salomão Antônio Mufarrej et al. O legado freireano e a educação do campo na Amazônia Paraense. *Interritórios: Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco*, Caruaru, v. 14, n. 7, p. 19-43, jan. 2021.
- KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Saete (org.). *Educação do Campo: identidade e políticas públicas*. 4. ed. Brasília: A articulação nacional, 2002.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Epu, 1986. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2431625/mod_resource/content/1/Pesquisa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Abordagens%20Qualitativas%20vf.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.
- MANAUS. Auriédia Marques. Secretaria Municipal de Educação. *Guia de orientações Pedagógicas para Escolas do Campo*. 2018. GRUPO DE TRABALHO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - SEMED. Disponível em: <https://semed.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/Novo-guia-de-orienta%C3%A7%C3%A3o-pedag%C3%B3gica-Educa%C3%A7%C3%A3o-no-Campo-2018.pdf>. Acesso em: 10. fev. 2023.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2010.
- MENDONÇA, Francisco. *Geografia e Meio ambientes*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008. 80 p.
- MIRANDA, Alair dos Anjos Silva de et al. *Políticas Públicas e a Questão Ambiental no Estado do Amazonas*. Manaus: Sodecam, 2009. 253 p.
- ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 29 jan. 2023.
- PEREIRA, Sâmmyla Cyndy de Oliveira Neves; MACEDO, Cátia Oliveira. *Considerações teóricas para abordagem da educação do campo e ensino de geografia em território ribeirinho na Amazônia*. [s. l.], p. 209-2027, 14 maio de 2021.

- REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/read/405775845/O-que-e-educacao-ambiental#>. Acesso em: 29 jan. 2023.
- RIBEIRO, Vilmar. A contribuição da Educação Ambiental para a educação do campo. 2011. 16 f. *Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Educação do Campo*, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38874/R%20-%20E%20-%20VILMAR%20RIBEIRO.pdf;jsessionid=32B6D8714651836851751EC8346E0F09?sequence=1>. Acesso em: 08 jan. 2023.
- SANTOS, Elizabeth da Conceição (org.). *Geografia e Educação ambiental: reflexões epistemológicas*. Manaus: Edua, 2009.
- SATO, Michele. *Educação Ambiental*. São Carlos: Rima, 2004.
- SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: Possibilidades e limitações. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 2, n. 31, p.317-322, ago. 2005.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho científico*. [S. L.]: Cortez, 2007.
- STRAFORINI, Rafael. *Ensinar Geografia: O desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.
- TARDIF, Maurice. *Saberes Docentes e Formação Profissional*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012. Tradução: Lívia de Oliveira.